

#### PUBLICADA NO DOE DE 28-04-2012 SEÇÃO I 63-64

#### RESOLUÇÃO SMA N° 26, DE 27 DE ABRIL DE 2012

Classifica as funções de serviço público que especifica para fins de atribuição de gratificação "pro-labore" e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, com fundamento na alínea "b", do inciso XIV, do artigo 23 do Decreto 52.833, de 24/03/2008, RESOLVE:

Artigo  $1^{\circ}$  - Para efeito de atribuição de gratificação "pro-labore", a que se refere o artigo 28 da Lei 10.168, de 10/07/68, ficam classificadas as funções de serviço público referente as unidades abaixo relacionadas, da Secretaria do Meio Ambiente, reorganizada pelo Decreto nº 57.933, de 02/04/2012:

#### Coordenadorias – função de serviço público de Coordenador, referência 17 da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 1.080/2008

Coordenadoria	Decreto 57.933, de 02/04/2012
Coordenadoria de Administração	Artigo 6º
Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais	Artigo 8º
Coordenadoria de Planejamento Ambiental	Artigo 10

# Departamentos – função de serviço público de Diretor Técnico III, referência 14 da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 1.080/2008

Coordenadoria	Departamento	Decreto 57.933, de 02/04/2012
Chefia de Gabinete	Departamento de Recursos Humanos	Artigo 5º, inciso II
Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais	Departamento de Fauna	Artigo 8º, inciso II
Coordenadoria de Educação Ambiental	Grupo de Projetos	Artigo 9º, inciso IV



	Especiais	
Coordenadoria de Planejamento Ambiental	Departamento de Informações Ambientais	Artigo 10, inciso II
Coordenadoria de Fiscalização Ambiental	Departamento de Fiscalização	Artigo 11, inciso II

Centros Técnicos – função de serviço público de Diretor Técnico II, referência 11 da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 1.080/2008

Coordenadoria	Departamento	Centro	Decreto 57.933, de 02/04/2012
		Centro de Planejamento e Controle de Recursos Humanos	Artigo 7º, inciso III
Chefia de Gabinete	Departamento de Recursos Humanos	Centro de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos	Artigo 7º, II
		Centro de Orçamento e Custos	Artigo6º, inciso I, alínea "a"
	Departamento de Orçamentos e	Centro de Despesa	Artigo6º, inciso I, alínea "b"
	Finanças	Centro de Planejamento e Controle dos Fundos Especiais de Despesa	Artigo6º, inciso I, alínea "c"
Coordenadoria de Administração	Departamento de	Centro de Programas e Controle de Estoques	Artigo6º, inciso II, alínea "a"
Auministração	Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos	Centro de Compras	Artigo6º, inciso II, alínea "b"
		Centro de Licitações e Contratos	Artigo6º, inciso II, alínea "c"
		Centro de Gestão de Documentos	Artigo6º, inciso IV
	Departamento de Planejamento Ambiental	Centro de Políticas Públicas	Artigo 10, inciso I, alínea "a"
		Centro de Zoneamento Ambiental	Artigo 10, inciso I, alínea "b"



Coordenadoria de		Centro de Projetos	Artigo 10, inciso I, alínea "c"
Planejamento Ambiental	Departamento de	Centro de Diagnósticos Ambientais	Artigo 10, inciso II, alínea "a"
	Informações Ambientais	Centro de Integração e Gerenciamento de Informações	Artigo 10, inciso II, alínea "b"
	Departamento de Biodiversidade	Centro de Projetos Ambientais	Artigo 8º, inciso I, alínea "a"
		Centro de Restauração Ecológica	Artigo 8º, inciso I, alínea "b"
		Centro de Manejo de Fauna Silvestre	Artigo 8º, inciso II, alínea "a"
		Fauna Silvestre alíne  Centro de Destinação de Fauna Silvestre alíne  Centro de Fauna Silvestre Artigo 8º	
	Departamento de Fauna		Artigo 8º, inciso II, alínea "c"
Coordenadoria de		Centro de Fauna Silvestr	Artigo 8º, inciso II, alínea "d"
Biodiversidade e Recursos Naturais	Departamento de Desenvolvimento		Artigo 8º, inciso III, alínea "a"
	Sustentável	Centro de Programas de Uso Sustentável	Artigo 8º, inciso III, alínea "b"
		Centro de Informações	Artigo 8º, inciso IV
		Centro Técnico de Programas e Projetos de Biodiversidade	Artigo 8º, inciso V
		Centro de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos da Biodiversidade	Artigo 8º, inciso VI
	Departamento de Planejamento e Monitoramento	Centro de Monitoramento	



		Centro de Gestão de	Artigo 11, inciso	
		Autos de Infração Ambiental	II, alínea "a"	
		Centro Técnico de Fiscalização da Região Metropolitana de São Paulo	Artigo 11, inciso II, alínea "b"	
		Centro Técnico Regional de Fiscalização – I	Artigo 11, inciso II, alínea "c"	
	Departamento de Fiscalização	Departamento de Fiscalização	Centro Técnico Regional de Fiscalização – III	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
Coordenadoria de Fiscalização Ambiental	j	Centro Técnico Regional de Fiscalização – V	Artigo 11, inciso II, alínea "c"	
		Centro Técnico Regional de Fiscalização – VI	Artigo 11, inciso II, alínea "c"	
		Centro Técnico Regional de Fiscalização – VIII	Artigo 11, inciso II, alínea "c"	
		Centro Técnico Regional de Fiscalização – IX	Artigo 11, inciso II, alínea "c"	
		,	, 	
	~	Centro de Informações	Artigo 11, inciso III	

Núcleos Técnicos – função de serviço público de Diretor Técnico I, referência 09 da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 1.080/2008

Gabinete/Coodena doria	Departamento	Centro	Núcleos	Decreto 57.933, de 02/04/2012
Chefia de Gabinete	-	-	Núcleo de Apoio Técnico Administrativo	Artigo 4º, § 2º
Coordenadoria de Educação Ambiental			Núcleo Administrativo	Artigo 9º, inciso V
			Núcleo Administrativo	Artigo 8º, inciso IX
			Núcleo Regional de Projetos e	Artigo 8º,



		Programas - I	inciso V
		Núcleo Regional de Projetos e Programas - II	Artigo 8º, inciso V
		Núcleo Regional de Projetos e Programas - III	Artigo 8º, inciso V
		Núcleo Regional de Projetos e Programas - IV	Artigo 8º, inciso V
Coordenadoria de	Centro Técnico de Programas	Núcleo Regional de Projetos e Programas - V	Artigo 8º, inciso V
Biodiversidade e Recursos Naturais	e Projetos de Biodiversidade	Núcleo Regional de Projetos e Programas - VI	Artigo 8º, inciso V
		Núcleo Regional de Projetos e Programas - VII	Artigo 8º, inciso V
		Núcleo Regional de Projetos e Programas - VIII	Artigo 8º, inciso V
		Núcleo Regional de Projetos e Programas - IX	Artigo 8º, inciso V
		Núcleo Regional de Projetos e Programas – X	Artigo 8º, inciso V
		Núcleo Administrativo	Artigo 11, inciso IV
		Núcleo de Fiscalização e de Gestão de Autos de Infração I	Artigo 11, inciso II, alínea "b"
		Núcleo de Fiscalização e de Gestão de Autos de Infração II	Artigo 11, inciso II, alínea "b"



			Núcleo de Fiscalização e de Gestão de Autos de Infração III	Artigo 11, inciso II, alínea "b"
		Centro Técnico de Fiscalização da Região Metropolitana de São Paulo	Núcleo de Fiscalização e de Gestão de Autos de Infração V	Artigo 11, inciso II, alínea "b"
Coordenadoria de Fiscalização Ambiental	Departamento de Fiscalização		Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - I	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
			Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - II	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
			Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - III	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
			Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - IV	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
			Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - V	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
		Centro Técnico Regional de Fiscalização	Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - VI	Artigo 11, inciso II, alínea "c"



		Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - VII	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
		Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - VIII	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
		Núcleo de Fiscalização e Gestão de Autos de Infração Ambiental - IX	Artigo 11, inciso II, alínea "c"
Coordenadoria de Planejamento Ambiental		Núcleo Administrativo	Artigo 10, inciso III

Núcleo – função de serviço público de Diretor I, referência 06 da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 1.080/2008

Gabinete/Coodena doria	Departamento	Centro	Núcleos	Decreto 57.933, de 02/04/2012
Chefia de Gabinete	Departamento de Recursos Humanos		Núcleo de Apoio Administrativo	Artigo 7º, inciso IV

Artigo 2º - Será exigido do servidor indicado para o exercício das funções retribuídas mediante "pro-labore", nos termos do artigo 1º desta Resolução, os requisitos mínimos de escolaridade e experiência profissional fixados no artigo 5º, Anexo IV da Lei Complementar 1080/2008.

Artigo 3º - O valor do "Pro-labore" a ser pago ao funcionário ou servidor que esteja desempenhando ou venha a desempenhar as funções de serviço público classificada nos termos desta resolução, será fixado através de Ato específico.

Artigo 4º - As despesas decorrentes de execução desta resolução correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.



Artigo 5º - Esta resolução entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 03/04/2012.

#### **BRUNO COVAS**

Secretário de Estado do Meio Ambiente